

## **PROJETO DE LEI Nº 20/2011 (Substitutivo)**

### **Institui o Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Itaúna aprovou e eu, Eugênio Pinto, Prefeito Municipal, promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a instituição do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, em conformidade com as diretrizes, objetivos e finalidades do Programa Nacional e Estadual de Educação fiscal, a ser implementado no âmbito do município de Itaúna, Minas Gerais.

**Art. 2º** São objetivos do Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF:

I – Informar os cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos municipais, estaduais e federais, sob a ótica da cidadania.

II – Fazer chegar até os cidadãos conhecimentos básicos sobre administração pública, bem como sobre as fontes de recursos, aplicação e controle de gastos públicos.

III – Desenvolver o espírito crítico das crianças, jovens e adultos, sobretudo no que se refere a questão relacionada às receitas e despesas da Administração Pública.

IV – Estabelecer uma relação harmoniosa entre o Poder Público e o cidadão.

**Art. 3º** O Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF será desenvolvido de forma coesa, harmônica e integrada entre as Secretarias Municipais de Educação, Finanças e Assistência Social.

**Art. 4º** Poderá a Secretaria Municipal de Educação:

I – Coordenar o Programa, indicando o coordenador, dentre os servidores de seu quadro.

II – Assessorar e subsidiar pedagogicamente o Programa, inclusive na produção de materiais didáticos, cursos, seminários, oficinas pedagógicas e palestras ou outras atividades de disseminação do Programa.

III - Sensibilizar, motivar e envolver educadores e educandos.

IV – Baixar os atos necessários para a efetiva execução do Programa.

V – Divulgar o Programa.

VI - Estabelecer parcerias para a execução do Programa, podendo, inclusive, buscar junto à iniciativa privada recursos para elaboração e confecção de material didático e premiação de concursos literários, musicais, teatrais e afins quando se fizerem necessários.

VII – Estabelecer, através do Grupo de Trabalho, os eixos norteadores do Programa, sendo alguns deles a cidadania, os direitos fundamentais, noções de administração pública e noções de orçamento.

**Art. 5º** Poderá a Secretaria Municipal de Finanças:

I – Sensibilizar, motivar e envolver seus servidores na implementação e execução do Programa.

II – Assessorar e subsidiar tecnicamente a Secretaria Municipal de Educação, coordenadora do Programa, sempre que solicitada.

III – Incluir o Programa de Educação Fiscal nos cursos de capacitação de seus servidores.

IV – Auxiliar a Secretaria de Educação, coordenadora do Programa, na divulgação do mesmo.

V – Indicar um representante para compor o grupo de trabalho do Programa.

**Parágrafo Único.** Fica a Secretaria Municipal de Finanças autorizada a disponibilizar servidores para a realização de cursos, palestras, elaboração de materiais didáticos e outras ações e atividades, sempre que se fizer necessário e solicitado pela Secretaria de Educação, coordenadora do Programa.

**Art. 6º** Poderá a Secretaria Municipal de Assistência Social:

I – Sensibilizar, motivar e envolver seus servidores quanto ao Programa.

II – Divulgar junto com a Secretaria de Educação o Programa para sua rede de assistência social.

III – Baixar os atos necessários para a efetiva execução do Programa.

IV – Incluir o Programa Municipal de Educação Fiscal nos cursos de capacitação de seus servidores.

**Art. 7º** A implementação e execução do Programa Municipal de Educação Fiscal poderão ocorrer mediante convênios e parcerias com a União, Estados, organizações públicas, órgãos da Administração Pública Municipal, organizações da sociedade civil e entidades e instituições privadas.

**Art. 8º** Fica autorizado o Executivo Municipal a criar o Grupo de Educação Fiscal do Município – GEFIM, constituído de representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Finanças e da Secretaria Municipal de Educação, que coordenará o Grupo.

**Art. 9º** O Executivo Municipal regulamentará esta lei em até 120 (cento e vinte) dias a partir de sua publicação.

**Art. 10º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2011.

**Lucimar Nunes Nogueira**  
*Vereador*

## **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente:  
Senhores Edis:

Incorporando as justificativas já apresentadas, o presente substitutivo visa proceder à adequação do projeto às disposições legais, especialmente a fim de se evitar futuros questionamentos sobre vícios, inclusive de iniciativa ou geração de despesas.

Feitas as adequações que entendemos suficientes para a apreciação do projeto, conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões, em 11 de março de 2011.

**Lucimar Nunes Nogueira**  
*Vereador*